

No mesmo sentido converge o autor do PL 7018/2014, Deputado Onofre Agostini, que ressalta o problema da segurança pública, principalmente em estabelecimentos comerciais com grande fluxo de pessoas, como as instituições financeiras e outros logradouros públicos e privados. E prossegue, ao dizer ser impreterível, principalmente ao combate aos altos índices de criminalidade, a aprovação de um dispositivo que tipifique o armazenamento de imagens registradas por câmeras de segurança. Nota-se, portanto, que a intenção de ambos os autores convergem no sentido da preocupação com o melhoramento da segurança privada e, conseqüentemente, da segurança pública por meio de monitoramento e gravação eletrônica através de circuito fechado.

Haja vista a harmonia de interesses que motivaram as proposições, além da necessidade imprescindível de uma discussão densa sobre um tema vital da segurança pública no Brasil, é conveniente à racionalização e devida economia processual do processo legislativo promover a discussão em conjunto, no âmbito colegiado instalado neste ano na Câmara dos Deputados. Por isso, solicita-se a apensação do PL 7018/2013 ao PL 3970/2004 de forma que a proposta seja tratada na Comissão Especial do Piso Salarial do Vigilante e da Segurança Privada, nome dado a esse colegiado em outro momento de sua composição.

Sala das Sessões, em de junho de 2014.

Deputado **LAÉRCIO OLIVEIRA**
Solidariedade/SE